

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2018



Ministério Público do
Estado de Pernambuco

Concurso Público para Provimento de Vagas de
Analista Ministerial
Área Serviço Social

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

Conhec. Básicos / Conhec. Específicos / Disc. Redação
Cargo ou opção E05 - ANALISTA MINISTERIAL - ÁREA SERVIÇO SOCIAL
Tipo gabarito 1

001 - C	011 - C	021 - A	031 - D	041 - D
002 - E	012 - A	022 - E	032 - C	042 - D
003 - D	013 - B	023 - C	033 - A	043 - B
004 - B	014 - D	024 - B	034 - B	044 - A
005 - C	015 - D	025 - D	035 - E	045 - D
006 - A	016 - E	026 - A	036 - D	046 - C
007 - E	017 - C	027 - C	037 - C	047 - E
008 - D	018 - E	028 - E	038 - C	048 - A
009 - B	019 - B	029 - E	039 - B	049 - B
010 - A	020 - C	030 - B	040 - A	050 - E



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

[Um documentário britânico]

No início dos anos 1980, uma equipe da TV BBC britânica veio ao Brasil gravar um documentário sobre as condições de vida numa favela do Rio de Janeiro. A ideia era mostrar de forma hiper-realista, no melhor estilo “câmera invisível” da tradição anglo-americana de reportagem, um dia na vida de uma jovem favelada. A intenção era explorar ao máximo as chagas abertas e a penúria do dia a dia na favela, as condições aviltantes da vida no morro.

Acontece que a eleita para servir de fio condutor do programa personificava a negação viva de toda a carga de sombra e amargura que o registro clínico de seu cotidiano na favela nos faria esperar dela. A moça, porém, em meio à pobreza, irradiava uma energia alegre e espontânea, uma satisfação íntima consigo mesma e uma sensualidade exuberante que jamais se encontrariam numa inglesa de sua idade, não importando a classe social. Embora tivesse razões de sobra para queixar-se do destino e viver na mais espessa melancolia, ela esbanjava alegria de viver por todos os poros e arrancava luz das trevas com sua vitalidade interior.

Inesquecível é a cena em que a moça ia buscar água numa bica distante de casa e, para o desconcerto da equipe da BBC, voltava carregando o balde pesado equilibrado na cabeça e... cantando! A relação assim estabelecida entre o barraco pobre e objetivo e o alegre palácio interior dá o que pensar. Pelo menos terá feito pensar muito os jornalistas britânicos que vieram para fazer uma reportagem e fizeram outra.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 160-161)

1. O objetivo que trouxe ao Rio de Janeiro os profissionais da BBC
 - (A) foi parcialmente alcançado, pois a jovem moradora da favela não deixou de expor o otimismo brasileiro, reconhecido internacionalmente.
 - (B) remodelou-se durante a reportagem, já que as atitudes da jovem convenceram a equipe de jornalistas que a prioridade deveria ser outra.
 - (C) frustrou-se pelo fato de que o hiper-realismo da reportagem planejada consistia em se ater aos aspectos mais negativos da vida na favela.
 - (D) desviou-se do plano original, de vez que as mazelas sociais a serem destacadas eram menores do que as imaginadas pela equipe de jornalistas.
 - (E) mostrou-se inócuo, pois a personalidade da moça impedia qualquer visibilidade para os aspectos negativos da rotina de uma favela.

2. Estes dois segmentos expressam comportamentos ou atributos relativos à jovem moradora da favela não previstos pelos jornalistas britânicos:
 - (A) *fio condutor do programa – no melhor estilo “câmera invisível”.*
 - (B) *carga de sombra e amargura – registro clínico de seu cotidiano.*
 - (C) *as chagas abertas e a penúria – na mais espessa melancolia.*
 - (D) *arrancava luz das trevas – as condições aviltantes da vida no morro.*
 - (E) *palácio interior – irradiava uma energia alegre e espontânea.*

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *mostrar de forma hiper-realista* (1º parágrafo) = figurar de modo sensacionalista.
 - (B) *as condições aviltantes da vida* (1º parágrafo) = os subterfúgios indignos da rotina.
 - (C) *registro clínico de seu cotidiano* (2º parágrafo) = interpretação analítica do seu dia a dia.
 - (D) *Embora tivesse razões de sobra* (2º parágrafo) = Ainda que lhe sobejassem motivos.
 - (E) *para o desconcerto da equipe* (3º parágrafo) = a fim de desnortear o grupo.



4. Há transposição de uma voz verbal para outra e pleno atendimento das normas de concordância no seguinte caso:
- (A) uma equipe de repórteres britânicos visitaria a favela / a equipe dos repórteres britânicos teriam visitado a favela.
 - (B) os costumes do dia a dia da favela seriam documentados / documentariam o cotidiano habitual de uma favela.
 - (C) a jovem personificava o contrário das expectativas / eram opostas as expectativas que personificavam a jovem.
 - (D) uma energia incontrolável era a marca dos gestos da jovem / a jovem marcava os gestos que não controlavam sua energia.
 - (E) o autor estabelece uma relação entre um barraco e um palácio / o autor faz ver a relação que estabelece um barraco e um palácio.
-
5. É clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Não contava a equipe de jornalistas em que a moça da favela intervisse com sua alegria na reportagem programada para ser de denúncia.
 - (B) Tipicamente europeus os jornalistas britânicos achavam que era impossível haverem expansões de alegria num cenário como os de uma favela.
 - (C) Aos jornalistas britânicos não ocorreu que os modos da jovem moradora da favela transcendessem as expectativas iniciais da reportagem.
 - (D) Talvez lhes tenha parecido excessivos os rompantes de alegria com que a jovem da favela não se continha diante dos jornalistas britânicos.
 - (E) A sensualidade da moça não se restringia sob o peso dos fatos que deveriam deprimir-lhe, mas que pelo contrário, nela se irradiavam com alegria.
-
6. A substituição do elemento sublinhado pelo que vem entre parênteses não altera o sentido nem implica incorreção na seguinte frase:
- (A) A moça voltava cantando, para o desconcerto da equipe = **desnorteando a**
 - (B) O balde pesava-lhe na cabeça mas ela cantava = **sobrecarregava-a sua cabeça**
 - (C) Os traços de sensualidade evidenciavam sua disposição para a vida = **mostravam-na imbuída**
 - (D) Aos jornalistas espantou a força de viver daquela jovem = **admoestou-lhes o ímpeto inato**
 - (E) Ao barraco pobre pode corresponder a força do palácio interior = **mostra-se análoga a investida**
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 10, baseie-se no texto abaixo.

[Para onde vão as palavras]

Como se sabe, a palavra durante algum tempo foi obrigada a recuar diante da imagem, e o mundo escrito e impresso diante do falado na tela. Tiras de quadrinhos e livros ilustrados com um mínimo de texto hoje não se destinam mais somente a iniciantes que estão aprendendo a soletrar. De muito mais peso, no entanto, é o recuo da notícia impressa em face da notícia falada e ilustrada. A imprensa, principal veículo da esfera pública no século XIX assim como em boa parte do século XX, dificilmente será capaz de manter sua posição no século XXI.

Mas nada disso pode deter a ascensão quantitativa da literatura. A rigor, eu quase diria que – apesar dos prognósticos pessimistas – o mais importante veículo tradicional da literatura, o livro impresso, sobreviverá sem grande dificuldade, com poucas exceções, como as das enciclopédias, dos dicionários, dos compêndios de informação etc., os queridinhos da internet.

(Adaptado de: HOBBSAWM, Eric. **Tempos fraturados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 29-30.)

7. Ao fazer um prognóstico da situação da literatura em nosso século, o autor acredita que ela
- (A) perderá toda a sua qualidade artística, em função dos critérios quantitativos pelos quais se orientará.
 - (B) sobreviverá graças aos recursos visuais que pouco a pouco substituirão o espaço dos textos.
 - (C) assimilará recursos da internet que a farão recuperar seu prestígio como a arte mais querida de todas.
 - (D) sofrerá com o contínuo desprestígio das palavras, que desde o século XIX cedem lugar para as imagens.
 - (E) permanecerá representada pelos livros impressos, à exceção dos dicionários e publicações similares.



8. A expressão *A rigor, eu quase diria que* (2º parágrafo) deve ser entendida, no contexto, com o mesmo sentido que tem a expressão:
- (A) Por outro lado, devo convir que.
 - (B) Talvez eu possa mesmo asseverar que.
 - (C) Ainda assim, quase posso afiançar que.
 - (D) Para ser exato, estou para afirmar que.
 - (E) Pensando bem, eu deveria estar dizendo que.
-
9. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na seguinte frase:
- (A) Entre as várias atrações que (**conter**) um livro, uma é a de tornar-se um objeto do afeto de quem o possui.
 - (B) Se há imagens pelas quais se (**deixar**) prender um espectador, há palavras que encantam um leitor.
 - (C) Quando há num livro imagens excessivas, que (**contaminar**) um texto, as palavras saem desvalorizadas.
 - (D) A despeito de (**haver**) nele figuras demais, esse livro infantil atrai também um leitor adulto.
 - (E) Aos frequentadores da internet (**atrair**) sobretudo o volume de informações que nela circulam.
-
10. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) A menos que, por um milagre, as velhas enciclopédias sobrevivessem, os jovens de hoje, já acostumados com a rapidez, encontrariam nelas, certamente, um desafio para a sua paciência, quando as fossem consultar.
 - (B) A menos que por um milagre, as velhas enciclopédias sobrevivessem, os jovens de hoje já acostumados, com a rapidez, encontrariam nelas certamente, um desafio para a sua paciência, quando as fossem consultar.
 - (C) A menos que por um milagre, as velhas enciclopédias, sobrevivessem, os jovens de hoje já acostumados com a rapidez encontrariam nelas, certamente um desafio, para a sua paciência, quando as fossem consultar.
 - (D) A menos que por um milagre as velhas enciclopédias sobrevivessem, os jovens de hoje, já acostumados, com a rapidez encontrariam nelas, certamente, um desafio, para a sua paciência quando as fossem consultar.
 - (E) A menos, que por um milagre, as velhas enciclopédias sobrevivessem os jovens de hoje, já acostumados com a rapidez, encontrariam, nelas, certamente, um desafio para a sua paciência, quando as fossem consultar.
-

Matemática e Raciocínio Lógico

11. Considere os números inteiros de 1 até 1 000. A porcentagem desses números que são múltiplos de 11 é
- (A) 7%
 - (B) 12,4%
 - (C) 9%
 - (D) 10,4%
 - (E) 11%
-
12. Para numerar manualmente, de 1 até 140, um caderno de 140 páginas, o número de vezes que o algarismo 1 deve ser escrito é
- (A) 75
 - (B) 70
 - (C) 78
 - (D) 82
 - (E) 67
-



13. No caixa de uma loja, ocorreram seis operações sucessivas que são as descritas a seguir:
1. O cliente A pagou uma quantia igual à quantia que havia no caixa;
 2. O gerente retirou 100 reais para pagar um fornecedor;
 3. O cliente B pagou uma quantia igual à quantia que havia no caixa;
 4. O gerente retirou mais 100 reais para pagar outro fornecedor;
 5. O cliente C pagou uma quantia igual à quantia que havia no caixa;
 6. O gerente retirou mais 100 reais para pagar mais um fornecedor e o caixa ficou sem dinheiro algum.

A quantia que havia no caixa no início, imediatamente antes da primeira dessas operações, era

- (A) R\$ 125,50
- (B) R\$ 87,50
- (C) R\$ 175,00
- (D) R\$ 75,50
- (E) R\$ 125,00

14. Considere como verdadeiras as premissas seguintes, mesmo que sejam absurdas.

- Todo canadense tem antepassados ingleses.
- Todo inglês tem antepassados saxões.
- Existem alemães com antepassados ingleses.

De acordo com as premissas dadas, entre as sentenças seguintes, a única FALSA é:

- (A) Todo canadense tem antepassados saxões.
- (B) Alguns alemães têm antepassados saxões.
- (C) Quem não tem antepassados saxões não é inglês.
- (D) Nenhum alemão tem antepassados saxões.
- (E) Quem não tem antepassados ingleses não é canadense.

Noções de Informática

15. Por padrão, as extensões de arquivos conhecidos e ocultos não são exibidas nos nomes de arquivos apresentados no Explorador de Arquivos ou na Área de trabalho do Windows 10. Existem diferentes formas para configurar a apresentação das extensões de arquivos, sendo uma delas, por meio do
- (A) clicar do botão direito do *mouse* sobre a Barra de ferramentas > clicar em Mostrar extensões de nomes de arquivos.
 - (B) Explorador de Arquivos > menu Início > clicar em Mostrar extensões de nomes de arquivos.
 - (C) clicar do botão direito do *mouse* na Área de trabalho > na janela que aparece clicar em Exibir > clicar em Mostrar extensões de nomes de arquivos.
 - (D) Explorador de Arquivos > menu Exibir > clicar a opção Extensões de nomes de arquivos.
 - (E) clicar do botão direito do *mouse* na janela do Explorador de Arquivos > na janela que aparece clicar em Exibir > clicar em Mostrar extensões de nomes de arquivos.

16. O trecho de planilha abaixo foi editado no Microsoft Excel 2010, em português, e apresenta a quantidade existente de cada um dos itens de um estoque. Quando há o – (traço) na quantidade significa que não há aquele item no estoque.

	A	B
1	Item	Quantidade
2	1	10
3	2	-
4	3	5
5	4	-
6	5	5
7		

Considerando que a fórmula: =CONT.NÚM(B2:B6) foi inserida na célula B7, esta célula apresentará:

- (A) 20
- (B) #N/D
- (C) 5
- (D) #VALOR!
- (E) 3



17. Os ícones abaixo apresentados representam alguns dos recursos da plataforma G Suite.



I



II



III

Os ícones I, II e III representam, respectivamente, os recursos

- (A) Documentos, Agenda e Chat.
- (B) Formulários, Planilha e Agenda.
- (C) Documentos, Planilhas e Apresentações.
- (D) Formulários, Agenda e Documentos.
- (E) Documentos, Formulários e Agenda.

Legislação Aplicada ao MPPE

18. Jurema, de perfil autoritário, estabeleceu união estável com Amelly, caracterizada por uma relação de poder e submissão, nunca aceitando a ideia de que sua companheira (vulnerável e submissa) trabalhasse fora de casa. Ao descobrir que Amelly participaria de uma entrevista de emprego, Jurema destruiu todos os documentos pessoais de sua companheira, bem como escondeu seus objetos de trabalho, mantendo-os consigo, a fim de que ela não participasse da entrevista nem conseguisse demonstrar aptidão com os instrumentos necessários para realizar o ofício para o qual poderia ser contratada. Nesse caso, para efeitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) a violência doméstica contra mulher

- (A) estará caracterizada apenas se Amelly comprovar que a conduta de Jurema lhe causou dano emocional e diminuição da auto-estima, não havendo, neste caso, previsão de determinação liminar pelo juiz.
- (B) não está caracterizada, pois foi praticada por pessoa do sexo feminino.
- (C) não está caracterizada, pois a referida lei não abrange a violência patrimonial.
- (D) está caracterizada, constituindo uma das formas de violação dos direitos humanos, não havendo, entretanto, na referida lei, previsão de determinação liminar pelo juiz em casos de violência patrimonial.
- (E) está caracterizada, constituindo uma das formas de violação dos direitos humanos, podendo o juiz determinar, liminarmente, a restituição de bens à Amelly.

19. Djalma, funcionário público, não poderia, por falta de competência, responsabilizar Heloísa, sua subordinada, por infração por ela praticada no exercício do cargo e por ele vista, sendo que, por indulgência, Djalma não levou o fato ao conhecimento de mais ninguém. Nesse caso, uma vez descoberta por outros meios a existência do fato narrado, de acordo com o Código Penal, considerando apenas as informações fornecidas, Djalma

- (A) não responderá por nenhum crime, pois ele não tinha competência para responsabilizá-la.
- (B) responderá pelo crime de condescendência criminosa, para o qual é prevista a pena de detenção de quinze dias a um mês, ou multa.
- (C) responderá pelo crime de prevaricação, para o qual é prevista a pena de quinze dias a um mês e multa.
- (D) responderá pelo crime de condescendência criminosa, devendo a pena ser aumentada de um terço em razão de não ter levado o fato ao conhecimento da autoridade competente por indulgência.
- (E) responderá pelo crime de prevaricação, devendo a pena ser aumentada de um terço em razão de não ter levado o fato ao conhecimento da autoridade competente por indulgência.

20. Com relação especificamente aos servidores à disposição do Ministério Público de Pernambuco, de acordo com a Lei nº 12.956/2005 e suas alterações posteriores (Dispõe Sobre os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo do MPPE), é correto afirmar que

- (A) devem ter vínculo efetivo ou empregatício com a Administração Pública apenas nas esferas federal ou estadual, sendo permitido ao Ministério Público de Pernambuco requisitar servidores municipais contratados temporariamente.
- (B) podem ter vínculo efetivo ou empregatício com a Administração Pública em qualquer das esferas, sendo permitido ao Ministério Público de Pernambuco requisitar servidores exclusivamente comissionados.
- (C) só poderão ser colocados à disposição do Ministério Público de Pernambuco mediante requisição do Procurador-Geral de Justiça, observada a necessidade do serviço.
- (D) devem ter vínculo efetivo ou empregatício com a Administração Pública apenas nas esferas federal ou estadual, sendo vedado ao Ministério Público de Pernambuco requisitar servidores exclusivamente comissionados ou contratados temporariamente.
- (E) só poderão ser colocados à disposição do Ministério Público de Pernambuco mediante requisição do Corregedor-Geral do Ministério Público de Pernambuco.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. O Serviço Social, uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, tem como elemento identificador e significativo da atuação profissional a Questão Social que, na atualidade, apresenta a radicalização de suas expressões, marcadas pela financeirização do capital. Essa dinâmica contemporânea traz impactos para a profissão. Desse modo, pode-se definir a Questão Social a partir
- (A) das contradições entre capital/trabalho, adensadas no final do século XIX, sobretudo com a industrialização e com o capitalismo monopolista que impactou na dinâmica da ordem econômica e na estrutura social e política.
 - (B) da diminuição dos lucros capitalistas com intervenção profunda do Estado no controle do mercado e, com isso, interrompeu um ciclo de supercapitalização coincidindo com o advento do capitalismo monopolista.
 - (C) do aprofundamento dos ideários liberais que defendem a intervenção estatal no mercado e nas políticas sociais para favorecer a pacífica convivência entre democracia e igualdade social. Desse modo, a Questão Social representa a capacidade de o Estado controlar totalmente o modelo econômico para produzir igualdade social.
 - (D) de uma repulsa da classe burguesa em naturalizar o pauperismo, considerando que nesse momento se abandona a ideia liberal sobre a pobreza como fruto do insuficiente esforço dos indivíduos no aproveitamento das oportunidades que o mercado lhes oferece.
 - (E) da emergência da Revolução Francesa em 1789 quando os ideários de igualdade, fraternidade e liberdade ganham força, não apenas na sociedade burguesa, mas também na classe trabalhadora e, nesse sentido, o Serviço Social como profissão passa a gravitar com esses mesmos ideários.

22. Para Maria Carmelita Yazbek, "As políticas sociais públicas só podem ser pensadas politicamente, referidas a relações sociais concretas e como parte das respostas que o Estado oferece às expressões da questão social, situando-se no confronto de interesses de grupos e classes sociais". Essa afirmação tem sustentação nas seguintes condições:

- I. O Estado é concebido como uma relação de forças, como uma arena de conflitos. Relação assimétrica e desigual que interfere tanto na viabilização da acumulação, como na reprodução social das classes subalternas.
- II. A Política Social expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo.
- III. Interesses que não são neutros ou igualitários e que reproduzem desigual e contraditoriamente relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade e as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
23. O Brasil contemporâneo tem um modelo econômico, social e político que influencia diretamente o mundo do trabalho. Desse modo, é correto afirmar:
- (A) As atuais mudanças nas leis trabalhistas se pautam nas relações individuais, sem contudo, minar as bases da legislação e da regulamentação social sindical.
 - (B) O processo de trabalho realiza apenas uma modificação formal do elemento natural, na medida em que, pela modernização se perdeu, por completo, a capacidade intelectual dos trabalhadores.
 - (C) A flexibilização no mundo do trabalho é um conceito que pressupõe alterações nos direitos trabalhistas, cuja desregulamentação permite que as condições de trabalho se pautem mais no negociado sobre o legislado à mercê da conjuntura do mercado.
 - (D) O impacto na sociedade salarial é ínfimo, na medida em que não existe uma crise estrutural no modelo capitalista de produção e nem muito menos mudanças no mundo do trabalho, pois o que está em curso, na contemporaneidade, é uma diminuição da competitividade e sem consequências nefastas.
 - (E) Mesmo com as mudanças atuais no mundo do trabalho nas sociedades ocidentais, incluindo o Brasil, não houve alteração no que diz respeito à temporalidade e às fragilidades laborais, à descontinuidade e a informalidade, pois esses países são baluartes do pleno emprego e do Estado de Bem-Estar.

24. O atual Projeto Ético-político do Serviço Social tem sua origem no debate democrático da categoria que se iniciou nos anos 80 e consolidou um novo código de ética, editado em 1993. O contexto desse debate implicava em enfrentar os desafios advindos da onda conservadora e neoliberal que aterrorizava o Brasil à época. Assim, alguns princípios são fundamentais nessa nova orientação ética. Dentre eles se destaca:
- (A) liberdade – entendida como valor absoluto e independente de diferentes fatores históricos. Trata-se, portanto, da liberdade como valor abstrato que favorece a autonomia profissional.
 - (B) liberdade – entendida como um valor relativo condicionado às determinações da realidade histórica. Desse modo, o exercício da liberdade está vinculado a uma dimensão teleológica e à realização de um projeto.
 - (C) ampliação e consolidação da cidadania – considerada um valor apenas para a sociedade burguesa, sem, contudo, significar garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora.
 - (D) aprofundamento da democracia, como modelo que se refere exclusivamente à gestão das instituições sem considerar a riqueza socialmente produzida.
 - (E) seletividade de acesso aos bens e serviços – relativos aos programas e políticas sociais, assim como sua gestão democrática.

25. A Saúde, a partir da Constituição Federal de 1988, é considerada um direito universal. Ao tratar sobre o acesso à saúde de cidadãos portadores do vírus HIV, Ana Cristina de Souza Vieira e demais autores (2014), se posicionaram afirmando:
- I. A Aids é uma epidemia que expõe a exploração decorrente das relações capitalistas, pois a prevenção e a vivência com HIV dependem em grande medida, do acesso a serviços de saúde, insumos, informações, medicamentos.
 - II. O que deveria ser direito universal à saúde é convertido em espaços de produção de lucros, num processo de privatização que tem se intensificado nas últimas décadas.
 - III. Não há mais a opressão decorrente das relações patriarcais, na medida em que foram superadas as propostas de prevenção associadas à normatização e controle da sexualidade, pela igreja, pelo Estado e pelas famílias.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
26. Ao atuar como assistente social no Ministério Público de Pernambuco, lhe foi solicitado um parecer sobre uma situação de desamparo e agressão de uma mulher idosa de 62 anos. Para tanto, você pautou seu posicionamento
- (A) com base no art. 4º do Estatuto do Idoso que prevê: “Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei”. Além das providências cabíveis ao Ministério Público, você recomendará posicionamento do Conselho do Idoso que deve zelar pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos em lei.
 - (B) pela legislação em vigor, sobretudo o estatuto do idoso e a política nacional do idoso, que responsabiliza exclusivamente a família pela proteção de pessoas acima de 60 anos sem condições de prover sua subsistência temporária ou definitivamente dependente de terceiros.
 - (C) no reconhecimento que houve um equívoco na solicitação do Ministério Público ao enquadrar essa pessoa como idoso, na medida em que para os termos da lei nacional em vigor, só são considerados idosos aqueles com 65 anos completos. Desse modo, sugeriu o encaminhamento para a delegacia da mulher.
 - (D) com base no art. 4º do Estatuto do Idoso que prevê: “Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei”. Além das providências cabíveis ao Ministério Público, você recomendará posicionamento do Conselho Municipal de Assistência Social, Órgão responsável pela execução de ações protetivas à pessoa idosa.
 - (E) no acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que ao garantir o direito de um salário mínimo a idosos com mais de 60 anos, permitiria a autonomia financeira e, com isso, a possibilidade de sobrevivência em outro núcleo familiar e/ou institucional que superasse a condição de agressão e desamparo, além de resgatar outros direitos, sobretudo os socioassistenciais de convivência e autonomia.



27. A gestão das políticas sociais na atualidade tem exigido profissionalização e aprimoramento em consonância com os ditames das Leis Orgânicas específicas. Uma das medidas é o desenho de gestões democráticas nas políticas setoriais, que para serem fortalecidas, entende-se necessário
- (A) reconhecer o limite das instâncias oficiais de controle como: Auditoria Interna e Controladoria Geral e fazer valer o acompanhamento e a investigação que têm poder de incidir em ação penal junto aos gestores públicos.
 - (B) adotar o modelo da reforma neoliberal e defender a máquina estatal eficiente, que preconiza a necessidade do controle mais eficaz e socializado do Estado quando advém de grupos de pressão, não necessariamente organizados e politizados.
 - (C) garantir os espaços de representação social na gestão das políticas sociais por meio dos conselhos gestores já instituídos por lei e pela ampliação de novas organizações e sujeitos sociais, principalmente os historicamente excluídos dos espaços decisórios.
 - (D) aprofundar a publicização que resulta de uma divisão mais rígida entre as responsabilidades estatais e da sociedade civil organizada, no que concerne à oferta de serviços dentro dos pressupostos da organização em sistemas únicos. Trata-se, portanto, de gerir a "coisa pública" sob a orientação da Parceria Público Privado (PPP).
 - (E) reconhecer as diferenças das organizações que, essencialmente, têm investidura pública para praticar o controle social e, dada a heterogeneidade dos movimentos sociais, estabelecer uma hierarquia participativa que defina quais podem atuar na gestão democrática.
-
28. As Casas da Mulher Brasileira e os Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteiras Secas, instituídas pelo Programa "Mulher Viver Sem Violência" (Decreto nº 8.086/2013), poderão contar com
- (A) a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; organização, integração e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual; atendimento às mulheres nos casos de violência de gênero, incluídos o tráfico de mulheres e as situações de vulnerabilidades provenientes do fenômeno migratório.
 - (B) os serviços oferecidos às mulheres em situação de violência; transversalidade de gênero nas políticas públicas; corresponsabilidade entre os entes federados; fomento à autonomia das mulheres e à garantia da igualdade de direitos entre mulheres e homens; atendimento humanizado e integral à mulher em situação de violência, observado o respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana, da não discriminação e da não revitimização.
 - (C) o transporte à mulher em situação de violência para o acesso aos serviços, quando não integrados, da rede especializada de atendimento; garantia e promoção de direitos das mulheres em situação de violência, em especial do acesso à justiça; os eixos estruturantes do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e as diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.
 - (D) as ações da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e de outros órgãos e entidades públicos e privados, como o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Defensores Públicos-Gerais; e com as ações da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.
 - (E) os serviços de atendimento psicossocial; alojamento de passagem; orientação e direcionamento para programas de auxílio e promoção da autonomia econômica, de geração de trabalho, emprego e renda; integração com os serviços da rede de saúde e socioassistencial; e com a presença de órgãos públicos voltados para as mulheres, como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, os Juizados e Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as Promotorias Públicas Especializadas da Mulher e as Defensorias Públicas Especializadas da Mulher.
-
29. Como assistente social atuando no Ministério Público de Pernambuco você deverá considerar, no processo de avaliação da garantia de acesso aos serviços de proteção, a capacidade de atuar interdisciplinarmente/intersetorialmente. Sobre o tema da intersetorialidade, Maria Dalva Horácio Costa (2010), destaca entre as conclusões:
- I. A intersetorialidade é mais do que articulação ou coordenação das ações, pois envolve profundas alterações na dinâmica, nos processos institucionais, conteúdos das políticas setoriais e no próprio sistema de proteção social brasileiro.
 - II. Os desafios de atuar como trabalhador coletivo, compartilhando responsabilidades no processo de prestação de serviços como direito do cidadão e dever de Estado, que, portanto, se destinam a sujeitos de direitos.
 - III. As dificuldades de romper práticas moldadas pela fragmentação, especialização e setorização e avançar na perspectiva de compartilhar saberes, tarefas e atividades no campo da intersetorialidade.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.

30. Tendo sido solicitado para atender uma família que apresentava dificuldades de acesso à rede pública de educação por se tratar de um adolescente que já havia cumprido medida socioeducativa, se fez necessária a elaboração de um estudo social. Esse procedimento implica em
- leitura fundamentada em padrões definidos pela sociabilidade vigente, mas que convirja para padrões éticos e morais pautada na liberalidade. É responsabilidade do assistente social, ao elaborar esse instrumental operativo, comparar os relatos dos usuários com o dispositivo legal da instituição onde atua.
 - estabelecer relações com sujeitos históricos, que vivem situações concretas, construídas socialmente, partindo do pressuposto de que nesse estudo se deve considerar a dimensão do trabalho, da família, das políticas sociais, da cultura etc. Além disso, se faz necessária a reflexão sobre o significado dessas dimensões e as relações que as determinam, inseridas na totalidade do mundo social.
 - construir a história social dos sujeitos e sua família, desse modo sua principal fonte não pode ser o relato oral, mas sim as pesquisas realizadas nas instituições onde já foram atendidos. Na situação específica apontada no enunciado, o estudo de caso só poderá ser concluído a partir do posicionamento dos profissionais que atenderam o adolescente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, responsável pelo atendimento de medidas socioeducativas.
 - organizar um conjunto de conhecimentos sobre os cidadãos em atendimento, mas não se constituir em uma verdade em função de diferentes interpretações sobre o mesmo fato social. Desse modo, todo o parecer deve ser inconcluso, dependendo do posicionamento de profissionais de outras áreas.
 - identificar as informações colhidas com um referencial teórico do serviço social, mas ter clareza de que o “estudo social” não é um instrumento técnico operativo a ser utilizado pelo Ministério Público Estadual, na medida em que se trata de uso exclusivo do Poder Judiciário para instrumentalizar decisões dos juízes de 1ª instância.
-
31. O Ministério Público recebeu uma denúncia sobre a gestão inadequada do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS – em um município de sua abrangência. Nesse caso, as providências devem considerar
- o FMAS como órgão com CNPJ próprio administrado pela Secretaria de Finanças do Município e pelo Conselho Gestor vinculado à transparência das contas públicas e, portanto, o Secretário dessa pasta deve ser autuado.
 - o indiciamento exclusivo do presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, na medida em que, pela Lei nº 12.435/2011, está expressamente previsto em seu art. 28 – parágrafo 1º, a atribuição da realização do controle sistemático do Fundo Municipal de Assistência Social ao Conselho de cada esfera federada.
 - a realização de audiência para a definição de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), pois o Fundo Municipal de Assistência Social tem caráter facultativo, mas recomendável para o repasse de recursos federais destinados aos serviços socioassistenciais nacionalmente tipificados.
 - a reponsabilidade do Órgão Gestor Municipal da Política de Assistência Social no uso do recurso para os serviços socioassistenciais tipificados pela Resolução 109/2009 do CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) referentes aos Benefícios previstos na resolução 39/2010 CNAS; e à oferta de informações referentes à aplicação dos recursos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.
 - a necessidade da notificação, em primeira mão, do Órgão Gestor Estadual para realizar as devidas orientações já que, segundo a Lei nº 12.435/2011, estão previstas entre as responsabilidades da instância estadual a supervisão técnica aos municípios. Além disso, também notificar a Controladoria Geral da União.
-
32. O assistente social lida cotidianamente com a realidade social que se traduz nas diferentes expressões da questão social. Sua destreza teórico-metodológica está diretamente associada à capacidade investigativa adensada pela compreensão das contradições sociais, da totalidade e da historicidade próprias da realidade a ser decifrada. Nessa linha, é importante afirmar sobre a pesquisa em serviço social:
- A inscrição da profissão numa perspectiva científica que leve em consideração a fragmentação do real como a melhor forma de capturar a realidade lógica e puramente subjetiva, sob à luz do racionalismo kantiano que possibilita desenhar caminhos heterogêneos para os problemas sociais.
 - Com a ampliação do ensino à distância e a diminuição dos Programas de Pós-Graduação e pesquisa em serviço social no Brasil, a matriz teórica que vem sendo adotada está posta de forma pendular – ora com estudos que mesclam diferentes bases interpretativas com o objetivo de reconhecer o objeto do serviço social, ora com o imediatismo pragmático para dar respostas à realidade social.
 - O desvelamento das relações sociais inerentes à vida cotidiana que inclui a reprodução social e as lutas que expressam as contradições de classe, a coletividade, a diversidade, mas também o indivíduo e a subjetividade. Um caminho que leve à construção metodológica firmada no projeto ético-político da profissão e que seja capaz de se comprometer com a emancipação social.
 - A profissão vem se modificando nas últimas décadas sob o prisma da renovação latino-americana, cujos pilares foram erigidos pela ampliação da pesquisa científica e a compreensão da realidade social sob bases metodológicas que se coadunam com uma forte tendência positivista, fenomenológica e pós-moderna.
 - O aprofundamento das pesquisas, sobretudo, pela criação de inúmeros Núcleos de Estudos em todas as regiões do Brasil permitiu superar, de vez, com o sincretismo e o ecletismo, na medida em que esse caminho interpretativo não coaduna com a sociedade capitalista. As novas metodologias ganham fôlego porque permitem subsumir com a tendência subjetiva do pesquisador – assistente social.



33. As políticas sociais têm adotado como diretriz o enfoque familiar. Essa tendência exige uma leitura da perspectiva atual do modelo familiar e da condição da mulher que apresenta como característica:
- (A) o aumento da feminização da pobreza resultante da inserção precária da mulher no mercado de trabalho marcada pelo tratamento desigual com menores salários, dificuldade de ascensão e difíceis relações de trabalho.
 - (B) um refluxo no processo de feminização do mercado de trabalho e da pobreza, pois com a entrada qualificada do público feminino no segundo quartil da década de 1950, as mulheres ganharam um novo status social.
 - (C) a retomada atual dos vínculos matrimoniais nos modelos tradicionais entre as camadas mais pobres da sociedade indica uma maior possibilidade de inclusão nas políticas sociais.
 - (D) a previsão da ampliação dos direitos da mulher que, segundo o Estatuto da Família, prevê a compensação da precarização do trabalho da mulher, em detrimento aos direitos dos homens, sobretudo, no mercado de trabalho mais consolidado.
 - (E) a divisão do tempo do trabalho entre as atividades domésticas e o trabalho fora de casa, na medida em que há um aumento dos serviços protetivos que dividem com ela os cuidados da família.
-
34. Compondo a equipe interprofissional do Ministério Público, lhe foi solicitado parecer no caso de uma denúncia de irregularidades no atendimento de adolescentes no cumprimento de medida em meio fechado, dentre elas a permanência de adolescentes acima do período previsto no Estatuto da Criança e Adolescente. Seu posicionamento se pautará nos pressupostos de que a medida socioeducativa de internação
- (A) é uma decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo o que está descrito na Lei nº 8.069/1990 e, portanto, o Ministério Público deverá enviar um pedido de providências ao devido Conselho para que apresente os encaminhamentos cabíveis no prazo de 40 dias, tempo previsto na referida lei para o caso de descumprimento dos preceitos de reeducação e reinserção do adolescente na sociedade.
 - (B) deve se dar em estabelecimento educacional, descrita no Art. 121 do ECA e, portanto, está sujeita aos princípios de brevidade e excepcionalidade, devendo ser aplicada como último recurso. Sua duração não poderá exceder ao período máximo de 3 anos, com avaliações periódicas a cada 6 meses. Os adolescentes que cumprem essa medida devem ser separados por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.
 - (C) só pode ser aplicada quando as demais medidas de liberdade assistida e semiliberdade não cumpriram sua função de correção da conduta infracional. No caso da aplicação da medida por reincidência e/ou agravo, o adolescente, não poderá permanecer mais que 2 anos nesse regime. Além disso, essa modalidade de internação deverá se dar no Centros mais distantes de sua residência para garantir a integridade do adolescente.
 - (D) são executadas nos centros de socioeducação que devem ser mantidos pelo Poder Judiciário, decisão tomada a partir da Lei nº 12.594/2012 que estabelece as responsabilidades das diferentes instâncias governamentais e diferentes poderes estatais no que concerne ao cumprimento das medidas socioeducativas. Desse modo, a equipe técnica deve realizar visitas na unidade denunciada, elaborar relatório circunstanciado e enviar ao juiz da Vara da Infância e Adolescência para providências.
 - (E) deve se dar em estabelecimento educacional, descrita no Art. 121 do ECA, e está sujeita aos princípios de brevidade e excepcionalidade, devendo ser aplicada como último recurso. Sua duração não poderá exceder ao período máximo de 2 anos, com avaliações periódicas a cada 6 meses. As dependências devem contar com espaços para alojamentos bem arejados e educação para o trabalho, na medida em que durante o tempo de internação o adolescente deve interromper os estudos formais.
-
35. A configuração das políticas sociais no Brasil, ao longo da história, foi marcada por avanços e retrocessos. Sua análise não pode prescindir das seguintes características:
- I. A corrosão do sistema protetivo está também diretamente relacionada à capacidade de resistência. Os movimentos sociais devem buscar inspiração na capacidade de potencializar as diferentes lutas, pois o contraponto está posto no lugar agigantado do mundo globalizado, financeirizado, sobreposto aos estados nacionais.
 - II. Há a necessidade de considerarmos as características do capitalismo no último quartil do século XX e o início do XXI, cuja ferocidade por acúmulo se mantém, acirrando a tendência da financeirização e da troca do trabalho vivo pelo trabalho morto.
 - III. Os governos de caráter popular trataram o campo dos direitos sociais como espaço de legitimação de um projeto societário vinculado à participação social popular, mas não enfrentaram o debate sobre a estrutura do estado capitalista brasileiro e sua vinculação com os ditames da elite brasileira.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.



36. Na Política de Assistência Social, no âmbito de atuação da Proteção Social Especial de Média Complexidade, uma das unidades de referência para a oferta de serviços é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Nessa unidade, há o desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI. Esse serviço tem como competência:
- (A) elaboração de laudos periciais, relatórios ou outros documentos com finalidade de produção de provas para o Ministério Público e Poder Judiciário.
 - (B) prestação de atendimentos que têm por objetivo, suprir as lacunas provenientes da ausência de atendimentos especializados que devem ser ofertados na rede de serviços pelas outras políticas públicas.
 - (C) realização da investigação para a responsabilização dos autores de violência, tendo sua finalidade vinculada a um equipamento institucional conforme definição de competências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
 - (D) apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias.
 - (E) execução de ações semelhantes às de outros órgãos, devido ao seu papel complementar e seu caráter público e estatal, por conseguinte, as funções de sua equipe se assemelham com a segurança pública, órgãos de defesa e de responsabilização.
-
37. João tem 12 anos de idade e é estudante do 5º ano do ensino fundamental. Seu pai se encontra preso em regime fechado e não tem outros dependentes. Maria, mãe de João, é divorciada de seu pai. Maria procurou o assistente social para obter informações sobre o auxílio-reclusão. Sobre esse benefício previdenciário, o profissional esclareceu que
- (A) é pago aos dependentes do segurado preso, que esteja em qualquer regime, inclusive quando estiver em regime aberto.
 - (B) será pago independentemente do valor do último salário recebido pelo pai de João, desde que estivesse na qualidade de segurado na data da prisão.
 - (C) João poderá receber o respectivo benefício enquanto o pai, na qualidade de segurado, estiver em regime fechado ou semiaberto (desde que a execução da pena seja em colônia agrícola, industrial ou similar) e antes de completar 21 anos de idade, salvo se tornar inválido ou com deficiência.
 - (D) João poderá receber esse benefício no período em que o pai estiver somente em regime fechado, sendo que a idade limite é de 24 anos, mesmo que o filho seja inválido ou que tenha uma deficiência.
 - (E) o filho poderá receber esse benefício desde que a declaração de cárcere do pai de João seja apresentada no ato do pedido do benefício renovando-a a cada 12 meses.
-
38. O assistente social ao prestar atendimento a um jovem e orientá-lo sobre a meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e a reserva de vagas a jovens nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual, abordou o que está previsto na regulamentação da Identidade Jovem. Nessa linha, orientou que
- (A) para a obtenção da identidade jovem – ID Jovem é necessário ter entre 13 e 21 anos de idade.
 - (B) o valor da renda *per capita* mensal da família deve ser inferior a 1/4 do salário mínimo.
 - (C) é preciso estar inscrito no Cadastro Único do Governo Federal, com informações atualizadas há pelo menos 24 meses.
 - (D) o jovem para ser beneficiado deve estar estudando, independente da escolaridade.
 - (E) é garantido aos jovens que estejam estudando no ensino médio e superior.
-
39. O Estatuto da Pessoa com Deficiência instituído em 2015, assegura a esse segmento, o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas e estabelece que, quando for necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela. Quanto à essa temática, é correto afirmar que
- (A) a definição de curatela nesse caso, constitui medida comum, instituída com o objetivo de facilitar a vida do responsável pela pessoa com deficiência e durará o maior tempo possível.
 - (B) a curatela afetarão tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.
 - (C) a definição da curatela alcança, inclusive, o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.
 - (D) para as situações de institucionalização da pessoa com deficiência, ao nomear curador, a lei estabelece que este sempre seja o responsável pela instituição, não sendo permitida a nomeação de pessoa que tenha vínculo de natureza familiar ou afetiva com o curatelado.
 - (E) para a emissão de documentos oficiais à pessoa com deficiência é obrigatória a apresentação do termo de curatela.



40. O Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, estabelece em seu Art. 4º, a implementação de programas de ação afirmativa. Na referida legislação, tais Programas são compreendidos como
- (A) políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.
 - (B) práticas desenvolvidas exclusivamente na esfera privada situadas no campo da responsabilidade social das empresas e que contribuem para a superação de atitudes discriminatórias que ocorrem entre os trabalhadores.
 - (C) medidas especiais adotadas somente pelo Estado para a promoção da igualdade de oportunidades.
 - (D) ações destinadas ao enfrentamento das desigualdades étnicas que são desenvolvidas para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades, medidas estas, restritas ao âmbito da educação.
 - (E) ações pontuais que não se constituem em políticas públicas e que ocorrem no setor público para reparar alguma atitude de discriminação entre os usuários ou entre funcionários e usuários de determinado serviço.
-
41. A Constituição Federal de 1988 dá início a um processo de construção de uma nova matriz para a Assistência Social brasileira, iniciando seu trânsito para um campo novo porque
- (A) há um destaque para a realização de ações de natureza filantrópica, com apoio estatal por meio de isenções fiscais.
 - (B) passa a ser tarefa assumida por meio da solidariedade da sociedade caracterizada pela defesa de alternativas privatistas com as organizações sociais e comunidade em geral.
 - (C) a ênfase da atuação recai sobre a ajuda humanitária aos mais pobres e necessitados, sobretudo, sob a responsabilidade da igreja.
 - (D) se trata do campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.
 - (E) há o reconhecimento de que o enfrentamento da questão social deve ocorrer como ajuda, benesse e favor que devem ser direcionados às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.
-
42. O Estatuto da Criança e do Adolescente concebido como doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente prevê a realização de programa de apadrinhamento. Quanto a esse programa se entende que
- (A) é direcionado exclusivamente para a criança e adolescente que reside com sua família, pois o objetivo do referido programa é proporcionar o fortalecimento dos vínculos familiares.
 - (B) não há possibilidade de participação de pessoas jurídicas no apadrinhamento de criança ou adolescente, ficando esse apadrinhamento restrito às pessoas físicas.
 - (C) podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 anos, inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.
 - (D) o apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.
 - (E) todas as crianças e adolescentes em acolhimento têm prioridade a ser apadrinhado, independentemente da possibilidade mais próxima ou não de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.
-
43. O encaminhamento para o serviço de acolhimento de crianças e adolescentes é realizado mediante um estudo diagnóstico para subsidiar a decisão acerca do afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar. Nessa perspectiva, recomenda-se que o estudo diagnóstico contemple, dentre outros, os seguintes aspectos:
- I. Mapeamento dos vínculos significativos na família extensa e análise da rede social de apoio da criança ou adolescente e de sua família (família extensa, amigos, vizinhos, padrinhos, instituições, etc.).
 - II. Verificação da existência de pessoas significativas da comunidade para a criança ou adolescente que possam vir a acolhê-los, de forma segura, no caso de necessidade de afastamento da família de origem.
 - III. Percepção da criança ou adolescente em relação à possibilidade de afastamento do convívio familiar.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) II, apenas.

44. A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa. No processo de adoção é correto afirmar que
- (A) para iniciar esse processo de inscrição na Vara da Infância e Juventude, é necessária a elaboração de uma petição que poderá ser preparada por um defensor público ou advogado particular.
 - (B) é vetada para os casos de adoção a escolha do sexo, faixa etária ou estado de saúde da criança.
 - (C) a inserção do nome da pessoa interessada na adoção no cadastro, após laudo da equipe técnica da Vara e o parecer do Ministério Público tem prazo de validade indeterminado.
 - (D) a primeira iniciativa a ser tomada pela pessoa interessada na adoção é visitar uma unidade de acolhimento para identificar criança que mais se aproxima do perfil ideal, que atenda as necessidades do adotante.
 - (E) após a sentença de adoção, é obrigatória a alteração do primeiro nome e do sobrenome da criança.
-
45. A legislação prevê que a autoridade judiciária deve manter sob sua responsabilidade, um cadastro com informações atualizadas sobre as crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar e institucional, contendo informações sobre a situação jurídica de cada um e as providências tomadas para sua reintegração familiar ou colocação em família substituta. Podem ter acesso a esse cadastro
- (A) apenas a equipe multidisciplinar do Poder Judiciário, ainda, sob expressa autorização da autoridade judiciária.
 - (B) somente a equipe técnica do Poder Judiciário e Ministério Público, mediante autorização formal da autoridade judiciária.
 - (C) todos os Conselhos de Políticas Setoriais e de Defesa de Direitos para que tenham conhecimento e possam deliberar sobre políticas adequadas que atendam as necessidades das crianças e adolescentes.
 - (D) o Ministério Público, o Conselho Tutelar, o órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.
 - (E) o Ministério Público, Órgãos de Segurança Pública, órgãos gestores: Assistência Social, Educação, Saúde, Esporte, Cultura, Habitação.
-
46. Cabe ao Conselho Tutelar agir sempre que os direitos de crianças e adolescentes se encontrem ameaçados ou violados pela sociedade, Estado, pais, responsável, ou em razão de sua própria conduta. Esse órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente tem como atribuição
- (A) ao receber notícia de crime contra criança ou adolescente, iniciar imediatamente a realização de um trabalho de investigação para que obtenha avaliação acerca da efetiva caracterização do crime, antes de levar o caso para o Ministério Público.
 - (B) promover, mediante decisão administrativa, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar como medida que antecede o acolhimento institucional.
 - (C) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
 - (D) lavrar o "termo de compromisso mediante responsabilidade" para as situações de definição de guarda de uma criança ou adolescente e imediatamente comunicar o caso para o Ministério Público e Autoridade Judiciária.
 - (E) repreender adolescentes que são encontrados em bares ingerindo bebida alcoólica, assim como os pais e proprietários dos estabelecimentos comerciais.
-
47. No Brasil, o adolescente que comete ato infracional deve ser responsabilizado mediante a aplicação de medida socioeducativa proporcional à gravidade do ato cometido. O assistente social, ao prestar atendimento a um adolescente que terá que cumprir a Liberdade Assistida (LA), orientará que a referida medida consistirá
- (A) em repreensões verbais, mas que ficará em liberdade e continuará em todo o período em que perdurar a medida, sendo assistido, para que ele e sua família recebam orientações essenciais para terem acesso às políticas públicas.
 - (B) no ressarcimento do dano patrimonial por parte do adolescente, mas que cumprirá a medida em meio aberto.
 - (C) na prestação de serviços comunitários por um período de seis meses, cujas tarefas que serão atribuídas respeitarão as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.
 - (D) na realização de atividades diárias do adolescente como o convívio familiar, a frequência à escola e profissionalização durante o dia e retorno na unidade de cumprimento de medida socioeducativa no período da noite.
 - (E) em acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, para o que será destacado um orientador que possa acompanhá-lo no processo de escolarização, profissionalização e de trabalho, assim como, promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e os inserindo, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social.



48. A Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece o que se configura crimes praticados contra a criança e o adolescente, por ação ou omissão. Nessa linha, pode ser considerado crime quando
- (A) ocorre a venda, fornecimento, ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, à criança ou ao adolescente fogos de estampido ou de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.
 - (B) a autoridade policial deixa de privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, mediante suspeitas de cometimento de ato infracional.
 - (C) o encarregado de serviço ou o dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante fornece a declaração de nascimento, onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato, pois tais declarações expõem o bebê.
 - (D) a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente faz a comunicação imediata à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada, porque esse ato deve ser precedido da comunicação à Secretaria de Assistência Social.
 - (E) a autoridade competente, promove a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão, pois esse ato deve ser precedido de uma audiência envolvendo a autoridade judiciária, o delegado e o conselho tutelar.
-
49. A atuação em rede se constitui como uma ferramenta importante na prática profissional do Serviço Social, diante da complexa realidade social presente no cotidiano de trabalho, como a violência doméstica contra as mulheres. O trabalho em rede apresenta como característica
- (A) a existência de uma estrutura organizacional centralizada, na medida em que o enfrentamento à violência doméstica deve ser de responsabilidade dos direitos humanos que conduzem as ações e, aos demais integrantes da rede, cabem o cumprimento das orientações emanadas por essa área.
 - (B) uma arquitetura de complementaridade na ação que supõe a socialização do poder, o respeito às autonomias e a negociação.
 - (C) o trabalho na perspectiva de rompimento de paradigmas, que reforçam as estruturas verticais entre as ações a serem desenvolvidas e na relação entre os membros que a compõem.
 - (D) a apreensão da realidade social e nela agir como um complexo, provocando a retomada da fragmentação dos conhecimentos e experiências.
 - (E) a construção da prevalência de uma área sobre uma dada manifestação da questão social e também da resposta necessária para esta, estabelecendo como olhar preponderante, as análises efetuadas por uma determinada área e definindo assim, uma única possibilidade de atuação.
-
50. O Ministério Público é compreendido como uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Assim, o trabalho profissional do assistente social compreende
- (A) acompanhamento das visitas de pais a filhos/as que estejam em acolhimento institucional, tendo como encaminhamento o estabelecimento de medidas de responsabilização dos pais quando estas não acontecem.
 - (B) preenchimento do prontuário do usuário por meio do cadastro único para programas sociais do governo federal.
 - (C) realização de exame criminológico, que afirme uma verdade a-histórica sobre o comportamento moral de um indivíduo.
 - (D) aplicação de medida socioeducativa não privativa de liberdade ao adolescente em conflito com a lei.
 - (E) participação em audiências públicas, conferências municipais e outros eventos cujos temas são afetos aos direitos humanos, às atribuições do Ministério Público e ao trabalho profissional.

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado. Capítulo 10: 10.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a. fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b. não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.3.1 – **Conteúdo**, 10.3.2 – **Estrutura** e 10.3.3 – **Expressão**. c. apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d. for assinada fora do local apropriado; e. apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f. for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g. estiver em branco; h. apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; i. não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.6 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **60 (sessenta) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Toda cultura incorpora um ideal de felicidade: a vida das nações, não menos que a dos indivíduos, é vivida, em larga medida, na imaginação.

Além da dimensão pragmática, uma discussão das perspectivas da cultura no século XXI deve essencialmente perguntar: qual é a constelação de valores que ilumina nosso sonho coletivo? Existe uma utopia ou forma de vida ideal que energiza a alma de um povo na atualidade?

(Adaptado de: Eduardo Giannetti. **O elogio do vira-lata**. São Paulo: Cia. das Letras, 2018, ed. digital)

Com base nas ideias expostas acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	